

COLUNA

Gustavo Franco

ECONOMISTA E EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

29/11/2015 6:00

Abertura já

No início dos anos 1980, Brasil e Coreia tinham níveis semelhantes de renda per capita e de produtividade do trabalho.

Na época, havia muitas dúvidas sobre os modelos de desenvolvimento econômico mais apropriados ao que vinha pela frente, e entre os países hoje conhecidos como emergentes destacavam-se duas “escolas”:

De um lado estavam os chamados “tigres asiáticos” (Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), que buscavam maior integração na economia global através da “promoção de exportações” (e importações), e de outro, os latino-americanos com seus modelos de “substituição de importações”, ênfase no mercado interno e autossuficiência.

Eu dava meus primeiros passos como pesquisador, e, em conferências internacionais, os encontros com os colegas asiáticos ocorriam em clima de certa rivalidade, muitas vezes sadia e bem-humorada, mas com alguns estranhamentos patrióticos inevitáveis. Todos eram acadêmicos em busca de verdade, mas com certa torcida.

Nós defendíamos nossas cores argumentando que o modelo não era importante se o país fosse competitivo e que, como o mercado interno dava escala ao produtor nacional, o protecionismo devia ser utilizado de forma pragmática. Ademais, era justo que o Brasil procurasse reduzir sua vulnerabilidade externa em razão dos estragos causados pelos preços do petróleo.

Como éramos ingênuos...

Eles diziam que não estávamos entendendo nada sobre globalização e que era bom nos adaptarmos a isso em vez de nos esconder, e que a proteção redundava em deprimir a competitividade, pois as “economias da preguiça” dominavam as de escala. Diziam também que o mercado interno não era nada comparado com o mercado mundial, que estávamos olhando o problema da vulnerabilidade externa de cabeça para baixo, e que a maneira mais barata de arrumar petróleo era produzir alguma coisa em que fôssemos competitivos para trocar com os árabes.

E ficamos assim, cada qual defendendo o seu quadrado.

Trinta e cinco anos depois, está mais do que claro que nós levamos uma surra, que eles tinham razão e que nós embarcamos em uma canoa furada.

A renda per capita da Coreia hoje está perto de 75% da renda per capita dos EUA, ou seja, mais que triplicou, ao passo que o Brasil, que estava perto de 25% da renda americana nos anos 1980, desceu para 18% na avaliação mais recente.

Nos 50 anos anteriores a 1982, o Brasil estava entre os melhores desempenhos do mundo em matéria de crescimento. Mas a mágica que funcionou até aí se perdeu, ou as circunstâncias mudaram, ou ambas. Talvez o segredo do sucesso esteja em adaptar-se a circunstâncias incomuns, como fizemos nos anos 1930, mas fracassamos redondamente depois de 1982. Permanecemos insistindo nas mesmas receitas, e já faz 35 anos de desempenho medíocre.

Será que não está na hora de repensar radicalmente a nossa estratégia de inserção externa? E de rever nossas crenças sobre o conteúdo nacional, “adensamento das cadeias produtivas” e acordos internacionais?

Eles estavam certos em outras coisas, como a suprema importância da exposição à competição internacional para conduzir as empresas à competitividade. Isso se dava, segundo diziam, porque não existiam mais “indústrias nascentes”, apenas multinacionais mudando de lugar e fazendo escolhas tecnológicas determinadas pelo ambiente.

Se é para abastecer um mercado interno protegido e com obrigações de conteúdo local, elas adotam o “kit nacionalista”, mas, se é para participar da globalização, a chave é outra e a filial se organiza para fazer parte de uma cadeia internacional de valor.

Uma estatística para a filiais americanas funcionando no Brasil em 1977 indicava que apenas 8,7% das vendas eram para o exterior, enquanto na Ásia a razão exportações sobre vendas totais era de 81,2%. As proporções foram para 25% e 52% em 2010, e a média mundial é de 45%.

Eram estilos diferentes de inserção externa e que traziam vastas implicações para o tema da vulnerabilidade externa. A descoberta sobre esse assunto nada tinha de intuitiva para nós: em assuntos de balanço de pagamentos, o rabo balança o cachorro.

Explica-se. Um país com importações iguais a exportações na faixa de 35% do PIB, como a Coreia, podia gerar um superávit comercial de 7% do PIB com uma desvalorização cambial de meros 10%. Mas para um país como o Brasil, com importações iguais a exportações na faixa de 7% do PIB, o mesmo superávit precisaria de uma desvalorização cinco vezes maior, de 50%, uma encrenca¹. Portanto, e surpreendentemente, quanto mais fechado, mais “vulnerável”!

Descobrimos essa triste matemática em 1982, quando começou uma “década perdida” que está durando 35 anos.

Uma conclusão tentativa é que, como coletividade, o Brasil é de uma teimosia exasperante no terreno das relações internacionais, mais até que nos assuntos ligados à inflação, onde insistimos com “teorias” heterodoxas até esgotar a paciência do brasileiro. Ressalvada a escorregada recente, aprendemos a lição sobre inflação.

O demônio do protecionismo, todavia, parece bem mais resistente, talvez por que os interesses que vivem sob a sua sombra possam se enrolar na bandeira nacional, e exibir uma falsa respeitabilidade beirando a canalhice. Na verdade, a proteção tarifária, as reservas de mercado,

desonerações e facilidades para “campeões” parecem se amontoar em tempos recentes, no contexto do “capitalismo de quadrilhas” que aqui se quis implantar, e que a Operação Lava-Jato se empenha em combater.

Num livro de 1988, o professor Robert Klitgaard, de Harvard, definiu o grande problema nacional em uma simples equação:

Corrupção = Monopólio + Arbitrariedade –
Transparência.

Ou seja, quanto mais distantes do mercado estiverem as relações entre o público e o privado, quanto mais discricionárias as decisões e quanto menor a transparência, maior será a corrupção.

Tendo em mente a equação acima, apenas uma observação sobre “política industrial ativa”, uma das prioridades do petismo.

Dois economistas (Alberto Ades e Rafael Di Tella) procuraram especificamente uma relação entre corrupção e o que eles denominaram “campeões nacionais”. Usando dados para 1989-92, de alguns milhares de depoimentos de executivos atuando em dezenas de países, concluem que valores entre 16% e 44% dos investimentos viabilizados por “políticas industriais ativas” se transformam em propina: 30%, em média!²

Pois é.

Seria maravilhoso se, junto aos desdobramentos da Lava-Jato, pudéssemos rever a vasta constelação de políticas públicas discricionárias e seletivas que tanto favorecem mercados cativos, desvios éticos e prejuízos a nosso crescimento.

¹ Os números são exemplificativos e supõem elasticidades unitárias para a oferta de exportações e demanda de importações.

² “National champions and corruption: some unpleasant interventionist arithmetic”. *Economic Journal*, 1997.

[LEIA TODAS AS COLUNAS...](#)

VERSÃO

MOBILE

RIO

ANCELMO.COM
GENTE BOA
BAIRROS
DESIGN RIO
EU-REPÓRTER
RIO 2016
RIO 450
TRÂNSITO

BRASIL

LAURO JARDIM
ELIO GASPARI
ILIMAR FRANCO
JORGE BASTOS MORENO
MERVAL PEREIRA
BLOG DO NOBLAT
JOSÉ CASADO

ECONOMIA

MIRIAM LEITÃO
LAURO JARDIM
CARROS
DEFESA DO CONSUMIDOR
INDICADORES
INFRAESTRUTURA
NEGÓCIOS E FINANÇAS
PETRÓLEO E ENERGIA

SOCIEDADE

CONTE ALGO QUE NÃO SEI
EDUCAÇÃO
HISTÓRIA
MÍDIA
RELIGIÃO
SEXO
SUSTENTABILIDADE

CULTURA

PATRÍCIA KOGUT
TEATRO E DANÇA
ARTES VISUAIS
FILMES
LIVROS
MÚSICA
RIO SHOW

ELA

MODA
BELEZA
GENTE
GASTRONOMIA
HORÓSCOPO
DECORAÇÃO

ESPORTES

RIO 2016
BOTAFOGO
FLAMENGO
FLUMINENSE
VASCO
RENATO M. PRADO
RADICAIS
PULSO

TV

PATRÍCIA KOGUT

MAIS +

OPINIÃO
BLOGS
VÍDEOS
FOTOS
VIAGEM
PREVISÃO DO TEMPO
INFOGRÁFICOS
EU-REPÓRTER



© 1996 - 2015. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

PORTAL DO ASSINANTE CLUBE SOU+RIO FAÇA SUA ASSINATURA AGÊNCIA O GLOBO O GLOBO SHOPPING FALE CONOSCO DEFESA DO CONSUMIDOR EXPEDIENTE ANUNCIE CONOSCO TRABALHE CONOSCO POLÍTICA DE PRIVACIDADE TERMOS DE USO

<div></div>